



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



1

Discurso na reunião com ministros da área econômica, por ocasião da comemoração do 5º aniversário do Real

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 1º DE JULHO DE 1999

Pedi que os Senhores Ministros e Secretários mais ligados à área econômica do Governo viessem aqui porque, hoje, 1º de julho, estamos entrando no 6º ano do Plano Real, o 6º ano de uma nova moeda. E ela tem um significado importante para os brasileiros.

Todos nós, que vivemos épocas passadas – e muitos dos que aqui estão trabalharam, com afinco, naquela ocasião, para que pudéssemos ter uma perspectiva de um Brasil mais estável economicamente, em que as famílias tivessem mais previsibilidade, em que os salários não desaparecessem, corroídos pela inflação –, sabemos o quanto isso custou.

É compreensível, é normal que, uma vez assegurado um certo avanço, todos nos esqueçamos das dificuldades que foram enfrentadas. Mas convém sempre relembrá-las para evitar que, no futuro, tenhamos, outra vez, que enfrentar dificuldades semelhantes.

Queria lhes dizer, hoje, que neste 5º aniversário do Real, essa moeda e, mais do que essa moeda, esse plano de reorganização da vida econômica brasileira passou pela prova dos nove. Passou pela prova dos nove depois que seu enterro foi anunciado muitas vezes. Não faltaram os coveiros. Não faltaram os que condenaram o Real à morte prematura.

Mal sabiam que haveria fatores realmente muito difíceis de serem contornados e que poderiam ter danificado muito fortemente o Real. Mal sabiam que este nosso povo brasileiro tem uma capacidade extraordinária de aprender, de assimilar e de lutar pelo que deseja, depois de uma enorme borrasca, representada pela crise da Rússia. Não foi a primeira crise enfrentada pelo Real. Tivemos a do México, logo no nascedouro do Real. Tivemos a do Sudeste da Ásia, em 97. Mas a mais forte de todas, no que diz respeito aos seus efeitos sobre a vida econômica brasileira, foi aquela que ocorreu, notadamente, no segundo semestre do ano passado. Não obstante, apesar dos percalços, não apenas foi possível manter o custo de vida relativamente estável; mais do que isso, foi possível impedir que a nossa economia se desorganizasse.

Quando, em janeiro deste ano, o Governo se viu na contingência de aceitar uma desvalorização da moeda, novamente – e aí, digamos, com certos argumentos de maior peso – não faltaram os que decretassem, outra vez, o caos, o fim do Real. Não obstante – e isso para surpresa, eu diria, de todos nós, brasileiros, e, mais ainda, dos estrangeiros –, pouco mais de três meses depois já se via uma reação muito saudável da economia brasileira.

Diz-se que o Real estava ancorado no regime cambial, que o câmbio era a âncora do Real. Quantas vezes eu próprio agreguei a essa âncora outra âncora verde: os imensos esforços dos nossos agricultores, que propiciaram a oferta de alimentos que, muitas vezes, permitiu que houvesse um controle do custo de vida.

Pois bem, a partir do que aconteceu, depois das turbulências vindas da Rússia e do processo de desvalorização que tivemos de enfrentar, passei a dizer que a verdadeira âncora do Real é o povo do Brasil.

Hoje, ao entrarmos no sexto ano do Real, eu cumprimento, na verdade, o povo brasileiro. Foi esse povo admirável – as donas de casa, os trabalhadores, os bancários, os professores, os empresários, os homens dedicados às religiões, enfim, o conjunto da população brasileira – que percebeu que era importante que houvesse uma reação saudável e que não permitíssemos a volta da indexação, em que, quando um preço sobe, todos os demais sobem. Isso acabou.

Foi o mesmo entusiasmo desse povo que, no meio da dificuldade – inegável – do desemprego, de uma ameaça de recessão, motivou o Congresso Nacional para que, em dezembro do ano passado, e em janeiro de 99, notadamente, em plena crise, tomasse decisões que permitiram o ajuste fiscal e a continuidade das condições indispensáveis para que a moeda seja estável, para que possa haver, de novo, desenvolvimento econômico e prosperidade para um número maior de brasileiros.

Hoje, quase SEIS meses depois da desvalorização do real, os sinais de vitalidade dessa economia são extraordinários e reconhecidos. Estou vindo de uma reunião no Rio de Janeiro que aqui se deu por chamar de Cimeira, palavra que não é usual entre nós. Na verdade, foi uma reunião dos chefes de Estado e de Governo de 48 países da Europa, do Caribe e da América Latina. Viu-se lá o reconhecimento implícito e, às vezes, explícito de todos aqueles que acompanham a economia internacional. De alguma maneira, dentro das nossas fronteiras, paramos uma onda de crises sucessivas que poderiam ter causado um transtorno enorme, não apenas ao Brasil, mas às finanças da América Latina e, talvez, até de setores outros pelo mundo afora. Conseguimos conter essa ameaça.

Mas não foi só. Fizemos mais do que isso. E esse “fizemos” é todo mundo. São os brasileiros, as brasileiras, junto com os governos, com o Congresso, com a mídia, enfim, o conjunto da população brasileira foi capaz de não desanimar, que é o fundamental.

Hoje, como eu dizia, os sinais vitais são muito fortes. Se, no início, alguns pensavam em recessão da ordem até de SEIS pontos negativos, hoje, os cálculos são de, na pior das hipóteses, UM ponto negativo. Sou insistentemente otimista porque gosto desse povo e acredito nesse povo. Vamos fazer força para termos um resultado positivo em 99. Se nós não o tivermos positivo, como na média do ano, quando chegarmos ao mês de dezembro já estaremos com taxas olhando para o ano seguinte, que vão nos encorajar, que não poderão ser menores que 4% de crescimento. E, com isso, uma perspectiva efetiva, eficaz, sem demagogia, de que possamos oferecer mais postos de trabalho aos brasileiros e às brasileiras.

Há, portanto, um novo clima, e isso transparece imediatamente no âmbito econômico-financeiro, quando se vê que as taxas de juros – fantasma que nós todos exorcizamos há muito tempo – efetivamente estão caindo de uma forma consistente. E não estão caindo porque o Governo esteja tomando decisões à frente do mercado, mas porque as projeções do próprio mercado, quando olha para o futuro, são de queda. E o Banco Central tem reafirmado essa tendência de queda.

Tivemos a sorte – e não só a sorte, mas o empenho, o trabalho dos que nessa área labutam – de ver que a agricultura brasileira foi capaz de uma recuperação rápida. Este ano, tivemos a maior safra da nossa história: 81 milhões de toneladas de grãos. É uma safra recorde. Portanto, estamos vendo sinais positivos de retomada da atividade econômica, do fim de uma ameaça de recessão, de continuação na queda da taxa de juros. E, agora, uma mudança, também muito importante, no que diz respeito ao mecanismo pelo qual o setor financeiro do governo – o Banco Central e o Ministério da Fazenda – vai monitorar o comportamento da atividade da nossa economia e da inflação. Essa inflação não vai voltar. Estaremos atentos para impedir que ela volte. E não vai voltar porque estamos atentos ao que aconteceu nos últimos anos.

Nestes cinco anos do Real, a cesta básica teve um aumento de 14%, e o salário mínimo, de 110%. É baixo o salário mínimo, mas o mínimo que se pode fazer é fazer com que ele seja, pelo menos, maior do que a cesta básica. Antes do Real, o salário mínimo era de 64 reais, e a cesta básica, ao redor de 100 reais. Portanto, com um salário mínimo mal se comprava meia cesta básica. Hoje, compra-se mais, um pouquinho mais do que uma cesta básica. Não estamos contentes com isso. Queremos mais. Mas conseguimos manter as condições para que isso possa ocorrer num futuro que, espero, não seja um futuro a perder de vista.

Há, portanto – repito –, uma renovação da atividade econômica no Brasil. Mas o Brasil não é só economia. O Brasil é gente, é povo, são as pessoas que vivem aqui. E o Governo, se pôde cuidar, como mencionei aqui, dos fatores que interferem na economia no seu setor mais amplo; se hoje podemos definir, como definimos, metas para a inflação – e elas

têm que ser buscadas no prazo dos próximos três anos, para chegarmos no fim do quarto ano com 4%, com uma variação, talvez, de dois a mais ou dois a menos, mas com uma meta firme indicando que não vai haver inflação; se a taxa de juros continuar baixando; se continuarmos a atrair, como temos atraído, os investimentos estrangeiros diretos – só agora, no primeiro semestre, cerca de 12 bilhões de dólares, quando nós esperávamos 16 bilhões até o fim deste ano; se continuarmos com esse conjunto de ações, certamente teremos criado as condições para um desenvolvimento sustentável da economia brasileira.

Daqui por diante, é com muito empenho que vamos olhar para esse desenvolvimento. A estabilidade será mantida. Já fizemos referências ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central, mas também queremos fazer referência ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, porque teremos que manter um conjunto de atividades visando à população. Daqui para frente, é a população mais pobre, é a pequena empresa, é a microempresa, é a agricultura familiar, são essas quantidades imensas de pessoas que empregam e que, às vezes, ficam temerosas de não poder continuar empregando – e vamos ter de assegurar que empreguem. É o Ministério do Trabalho olhando ativamente para os novos programas de geração do primeiro emprego. É o conjunto das atividades do Ministério da Agricultura, junto com o Ministério do Trabalho, permitindo que haja, como há, um programa especial para os pequenos proprietários, as unidades familiares de produção, o chamado Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar, que não existia antes do início do Real e vai atender, neste ano, um milhão de famílias ou um milhão de contratos.

Estamos, praticamente, dobrando os recursos que foram dados para sustentar a pequena agricultura familiar, do ano passado para este ano, a despeito do esforço que estamos fazendo para manter as contas equilibradas. Nunca deixamos de olhar para o pequeno produtor. São programas para atender à micro e pequena empresa, através dos fundos de aval do BNDES, através de um maior entrosamento entre esses fundos de aval do BNDES, ou seja, da garantia para os empréstimos e o que pode ser feito pela iniciativa privada.

Estamos, ativamente, tratando também de fazer com que haja uma nova definição do que seja micro e pequena empresa, aumentando o volume do faturamento necessário para que a empresa seja considerada micro e pequena, mantendo-a como pequena ou como micro, apesar de um faturamento maior, criando condições de empréstimos mais fáceis, através do Banco do Brasil e do BNDES. É, ao mesmo tempo, o BNDES sustentando o Programa de Desenvolvimento do Turismo com o Prodetur II, permitindo que haja um acesso maior, com maior quantidade de crédito, permitindo que a pessoa que vai criar um hotel não precise buscar enormes quantidades de recursos e, com menores recursos, possa fazer empréstimos no BNDES, permitindo que haja uma maturação mais longa desses empréstimos. Enfim, um conjunto de atividades visando ao pequeno, ao médio, à atividade de turismo, à atividade de produção agrícola, à sustentação da exportação – de novo o Banco do Brasil e o BNDES. Enfim, olhando para aquilo que precisa ser olhado agora, para aumentar a oferta de emprego. Sem demagogia, só se aumenta a oferta de emprego criando essas teias de produção. E as teias de produção têm que estar encadeadas.

É por isso, também, que o Brasil e o Governo do Brasil, nessa nova fase do Real, depois de ele ter passado por esse atestado de maioria, quando suportou não apenas crises financeiras, mas uma desvalorização, sem afetar o bolso dos trabalhadores, temos também que olhar para essas cadeias produtivas que levam à exportação. Estamos fazendo isso com muito e muito afinco.

A exportação há de ser aumentada, como já está aumentando em quantidade, embora não ainda em valor, porque houve uma perda do preço das mercadorias no mercado internacional. Mas a exportação é essencial para que possamos continuar assegurando prosperidade ao nosso povo.

Isso tudo não pode ser feito se não olharmos também para a reestruturação das cadeias industriais. De novo, o BNDES e, eventualmente, o Banco do Brasil estão apoiando a reestruturação das grandes unidades de produção das cadeias de petroquímica, das cadeias de siderúrgica, da questão de papel e celulose, enfim, do conjunto de atividades básicas, que são essenciais para que o Brasil possa continuar crescendo.

Isso não se fará sem que o Brasil tenha um mapa, uma geografia econômica presente, garantindo o equilíbrio entre as regiões. Essa garantia de equilíbrio entre as regiões é permanente nas decisões de investimento, seja na grande indústria, seja na atividade de turismo, seja na atividade artesanal, mas, sobretudo, naquelas atividades que requerem investimentos pesados em energia, em estradas, em infra-estrutura.

Pudemos fazer, nesses últimos anos, o Brasil em Ação, que garantiu mais energia, aumentou a oferta de energia em mais de 4% por ano, para poder haver desenvolvimento econômico. Foi possível fazer um conjunto de modificações nos nossos portos para diminuir o custo-Brasil – e vamos continuar a fazê-las. Retomamos as ferrovias, que estavam abandonadas há décadas. Voltamos a acreditar na hidrovia como um modo eficaz de transportar pessoas e mercadorias. Enfim, tivemos o cuidado de, através do Brasil em Ação, apesar de todas as dificuldades, manter este país com possibilidade de crescimento.

Agora, um programa que vai ser apresentado ao Congresso em agosto se chama Plano Plurianual de Investimentos. Em breve, terá um nome mais motivador, porque se trata, realmente, de um plano de desenvolvimento do Brasil. Temos esse mesmo ímpeto transformado em projetos, que se desenvolvem nas várias regiões do Brasil, sempre juntando a ação do Governo com a iniciativa privada.

São 165 bilhões de reais para os próximos CINCO anos que estão previstos nesse programa. Esses recursos virão, repito, da iniciativa privada e do Governo. O Governo está sinalizando, criando condições, criando um clima de prosperidade. E tudo isso traduzido através do Ministério de Orçamento e Gestão, em programas efetivos, que fazem com que o orçamento do Brasil seja um orçamento de programas e não uma luta infinita entre, às vezes, pessoas ou regiões, para ver se se coloca um pouquinho de verba aqui, numa ponte, ou num hospital, mas sem um plano. Não. Agora, há uma visão integrada do Brasil, e isso exige uma gestão nova.

Então, daqui para frente, é um Brasil que precisa de gestão empreendedora. E o Presidente da República, sem descuidar das suas funções políticas, do seu relacionamento com o Congresso, estará, no dia-a-dia, atendendo a

essas funções da gestão empreendedora, dando motivação e cobrando. Cobrando desempenho, cobrando dos ministros, cobrando dos secretários, cobrando dos funcionários. Porque o Brasil tem sede de realizações. E realização não se faz com palavras, mas com ação.

Certamente, ao dizer isso, não estou querendo dizer que não precisaremos – porque vamos precisar – de continuar, com muito ímpeto, as reformas que iniciamos. A reforma tributária há de ser feita este ano. Continuaremos a reforma da Previdência. As leis estão encaminhadas ao Congresso e já estão em debate. Aprovaremos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é fundamental para que não haja esses precatórios, esses endividamentos sem fim que, no passado, alguns estados e algumas prefeituras fizeram e que terminam sempre por serem pagos pelo Tesouro Nacional, ou seja, pelo povo, pelo contribuinte. Precisamos de uma Lei de Responsabilidade Fiscal. Estaremos acompanhando a reforma do Judiciário e a reforma política, que são reformas eminentemente de interesse do país que devem se desenvolver no âmbito do Congresso Nacional.

Mas nada disso será feito com a idéia de que o Governo é prisioneiro de alguma decisão que dependa de acordos aqui ou ali. O Governo não se sente prisioneiro de nada, a não ser do interesse popular, a não ser do interesse nacional. O Governo agirá com presteza, com seriedade, com tranquilidade, com firmeza, para aproveitar as oportunidades que foram criadas pelo fato de hoje dispormos de uma economia mais estável, de uma população que entendeu as necessidades econômico-financeiras para que ela possa crescer.

Também quero lhes dizer, para concluir, que se é verdade que hoje o Real é o símbolo dessa base de estabilidade; se é verdade que o Presidente, ativamente, tem procurado criar situações de convergência, não em benefício próprio, mas em benefício de programas para o País; se é verdade que, crescentemente, vamos olhar para os processos de crescimento econômico através dessa visão integrada de um crescimento auto-sustentável, que não se opõe, mas se baseia na estabilidade econômica; se é verdade que seremos rígidos no controle dos gastos do governo e na gestão orçamentária, também é verdade que,

como no passado, continuaremos olhando para as pessoas, não apenas no ângulo econômico, mas no ângulo humano.

Humano quer dizer, no Brasil, acesso à terra para aqueles que precisam. Nunca se teve tanto acesso à terra como nos anos do Real. Só no ano passado foram 100 mil famílias assentadas. No conjunto, nos anos do Real, assentamos mais famílias na terra do que em toda a história do Brasil. Também não deixamos, agora, de aumentar a oportunidade de acesso ao financiamento para os produtores rurais médios, grandes ou pequenos. Vamos continuar nessa trilha, porque ela é necessária para o Brasil.

Também não nos esqueceremos de que a saúde dos brasileiros é fundamental. Os que são mais idosos sabem da nossa preocupação. As mulheres vêem, pela primeira vez, o Governo olhando para a questão da saúde delas. Há a questão de um atendimento mais eficaz nas Santas Casas, nos hospitais. O Governo tem tido um empenho nessa direção, embora sabedor de deficiências que, muitas vezes, são de falta de atendimento por falta de compromisso efetivo da parte daqueles que devem se empenhar em bem atender a população. E a população cobra um atendimento melhor, mais digno.

Fizemos um aumento expressivo do número de agentes comunitários de saúde. Hoje, são 90 mil, quando, no começo do Governo, eram 27 mil. Há um avanço expressivo também no número de médicos de família. E o resultado está aí: a taxa de mortalidade infantil continua caindo incessantemente como resultado de uma ação mais eficaz, da alimentação – de um lado, pelo que o Real pôde trazer de melhoria para a vida cotidiana –, mas por uma atenção mais direta da assistência, através dos mecanismos de saúde do Sistema Único de Saúde, sempre apoiado pelo Ministério da Saúde.

E não vamos nos esquecer, sobretudo, de que se é verdade que temos programas especiais para os mais idosos, para os que sofrem ou são portadores de deficiências físicas, se é verdade que estamos erradicando o trabalho infantil, também é verdade que um país só tem um horizonte mais firme não apenas quando tem uma economia estável, mas quando tem um povo confiante em si mesmo e um povo que tenha capacitação, que seja educado.

E me apraz lhes dizer que mais do que dobramos o número de livros que são entregues nas escolas básicas do Brasil nesses anos do Real. De cinqüenta e poucos milhões de livros, alcançamos 116 milhões no último ano de distribuição de livros. É um dado singelo.

A mesma coisa se dirá dos salários dos professores do Nordeste, sobretudo das áreas mais pobres, com o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A mesma coisa se dirá no que diz respeito aos programas que temos de treinamento a distância, usando a TV Escola. A mesma coisa é a introdução do treinamento nas técnicas de computação nas escolas públicas. A mesma coisa é a ampliação do número de vagas e o fato de que, hoje, temos, pelo menos, 96% das crianças em idade escolar no ensino básico. O ensino secundário está crescendo a uma taxa muito acentuada, porque a evasão escolar do primário diminuiu. O ensino superior, nos anos do Real, teve um aumento de 28% na oferta de vagas, em comparação com 20% nos 14 anos anteriores ao Real, de 1980 até 1994.

Educação é fundamental. Educação em todos os níveis e, sobretudo, na escola básica. Também já estamos com o projeto preparado de autonomia das universidades, porque também chegou a hora de cuidar das universidades com mais atenção.

E não nos venham dizer que não houve atenção e preocupação com a ciência e a tecnologia. Basta ver o que está sendo feito, ao mesmo tempo, para apoiar a indústria nacional na área do petróleo. O BNDES está com recursos à disposição dos empresários para que eles possam participar da instalação da indústria do petróleo, que, nos próximos 10 anos, deve significar 50 bilhões de dólares de investimento. A mesma coisa no que diz respeito a outros ramos industriais, como foi o caso do setor têxtil – que também é apoiado – e do setor calçadista. Mas em todos eles, notadamente no caso do setor do petróleo, há a preocupação com a formação do pessoal e com a tecnologia. Trezentos milhões de reais é o que se espera para a tecnologia, derivados dos *royalties* do petróleo, porque precisamos de gente bem formada, de gente treinada, para que esses programas de crescimento econômico tenham vitalidade, necessária para que o Brasil possa continuar na marcha do seu progresso.

Os brasileiros sabem, porque têm sentido, que as transformações havidas em função das decisões do Congresso Nacional, que permitem, hoje, mais investimento em petróleo, que permitem mais investimento no setor de telefonia, mais investimento no setor relativo à geração de energia, no gás, como na energia hidrelétrica, tudo isso, com mais investimento, com a flexibilização dos monopólios, requer gente bem treinada e requer juros compatíveis para que a indústria nacional possa, também, participar de todos esses programas de reformulação da base produtiva do Brasil. Isso está, também, sendo feito.

Há, portanto, o que comemorar nesses anos do Real. Há também preocupações, e muitas. Ninguém pode negar que quando há numa família alguém desempregado a angústia é grande. Ninguém pode negar que o governo não teve a possibilidade de, do dia para a noite, resolver todos os problemas. Ninguém pode negar que falta muito a fazer. Mas, da mesma maneira que sou o primeiro a reconhecer as deficiências, as dificuldades e me sentir responsável por lidar com elas, ninguém pode se esquecer de um Brasil que foi capaz de ser a âncora de um novo país, através da estabilidade da moeda; de um país que é sedento por aprendizagem; de um país onde, hoje, as mulheres têm uma participação crescente na vida pública; de um país onde a liberdade nunca existiu com tanta força como existe hoje. Podemos ter todas as críticas, só não podemos perder a esperança. Porque esse povo, não digo que ele vive de esperança, mas ele se motiva com a esperança, e vive do trabalho dele, como todos vivemos e devemos viver do nosso trabalho e com muito empenho.

É por isso que, como Presidente da República, não queria deixar, hoje, dia 1º de julho, ao entrar no sexto ano do Real, de repetir que assim como no início, com as dúvidas que tínhamos, e aqui muitos de nós sabemos o quanto nos custou; com as dúvidas que tínhamos para enfrentar uma realidade nova, que foi a reformulação da vida financeira do Brasil, nós a enfrentamos, e o povo ganhou. Esse mesmo povo vai sempre contar com meu apoio, vai sempre contar comigo para que possamos ganhar as batalhas que estão por vir. E, com muita confiança, entramos no sexto aniversário do Real. Não desconheçamos as dificul-

dades. Mas, com a mesma crença que tivemos e com a mesma coragem para lançá-lo, tenhamos a mesma firmeza para dizer: não vou faltar nunca ao meu país.

Muito obrigado.